DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 11648/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/7168/2017
PROTOCOLO	: 1806903
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
ORDENADOR (A)	: MARIO ALBERTO KRUGER
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO Nº 155/2017
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS
CONTRATADO (A)	: A. DOS SANTOS & LIMA LTDA. - ME
PROCEDIMENTO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017
OBJETO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER ÀS SECRETARIAS
VALOR	: R$ 147.225,15 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL, DUZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E QUINZE CENTAVOS).

Em análise o 1º termo aditivo e o Apostilamento ao Contrato nº 155/2017, além da respectiva execução financeira, oriundos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 029/2017, celebrado entre o Município de Rio Verde de Mato Grosso e a empresa A. dos Santos & Lima Ltda. - ME, para a contratação de empresa para prestação de serviços gráficos para atender às Secretarias.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-18225/2018 (fls. 643 - 649), manifestou-se pela regularidade da formalização dos aditamentos e da execução financeira.

O Ministério Público de Contas, através do parecer PAR-4ªPRC-21321/2018 (fls. 650/651), manifestou-se pela regularidade da formalização dos termos aditivos e da execução financeira contratual.

É o relatório.

DECISÃO

Da análise dos autos, no que se refere ao procedimento licitatório

Pregão Presencial nº 029/2017 e o Contrato nº 155/2017, ambos já foram julgados por esta Corte de Contas através da Decisão Singular nº 1437/2018 pela regularidade.

O 1º Termo Aditivo, bem como o Apostilamento nº 01/2017 ao Contrato nº 155/2017 encontram-se de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Instrução Normativa TC/MS nº 054/2016.

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3º Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

Notas de Empenho Empenhos: R$ 158.961,27 Anulação: R$ (-) 51.828,72	R$ 107.132,55
Notas Fiscais	R$ 107.132,55
Notas de Pagamentos	R$ 107.132,55

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64[1] e com as determinações contidas na legislação regente[2].

Ante o exposto, diante da manifestação da 3ª Inspetoria de Controle Externo e do parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** da formalização do 1º Termo Aditivo e do Apostilamento oriundos do Contrato nº 155/2017, celebrado entre o Município de Rio Verde de Mato Grosso e a empresa A. dos Santos & Lima Ltda. - ME, com base no art. 120, §4º da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

[1] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.
[2] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

II – pela **REGULARIDADE** da execução financeira da contratação em análise, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III – pela **QUITAÇÃO** ao responsável, nos moldes do art. 60[3], da Lei Complementar nº 160/2012 c/c. com o art. 171[4], da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

IV - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[5] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 70, §2º[6], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 27 de novembro de 2018.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

SMSC

[3] Art. 60. Vale como quitação ao jurisdicionado a publicação no DOTCE/MS da decisão definitiva que tenha julgado regular, inclusive com ressalvas, sua prestação de contas.
Parágrafo único. Julgada regular a prestação de contas, a pessoa legitimamente interessada pode requerer ao Tribunal a certidão de quitação.
[4] Se da efetividade do controle externo do Tribunal resultar demonstrada a regularidade, ainda que com ressalva, das contas prestadas pelo jurisdicionado, ser-lhe-á dada quitação (LC nº 160, de 2012, arts. 59, *caput*, I e II, e §§ 1º, 2º e 3º, e 60).
[5] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.
[6] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.